

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE

“APP Galp Frota”

O Grupo Galp assegura o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD) e demais legislação sobre matéria de proteção de dados pessoais e privacidade. assegura o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD) e demais legislação sobre matéria de proteção de dados pessoais e privacidade.

I. Quem é o responsável pelo tratamento dos meus dados pessoais?

A empresa do Grupo Galp¹ com quem estabeleceu uma relação comercial ou contratual (adiante designada por «GALP»), individualmente ou em conjunto com outras empresas do Grupo Galp, é a responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais para as finalidades indicadas na presente Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade (doravante, “Política”).

II. Que dados pessoais vão ser tratados, para que finalidades, qual o fundamento de licitude e o prazo de conservação?

A GALP procederá ao tratamento das seguintes categorias de titulares e de dados pessoais para as finalidades a seguir enunciadas, com os fundamentos de licitude e prazos de conservação adiante indicados:

CATEGORIAS DE TITULARES	FINALIDADES DE TRATAMENTO	CATEGORIAS DE DADOS	RESPONSABILIDADE	FUNDAMENTOS DE LICITUDE	PRAZOS DE CONSERVAÇÃO
Utilizador	Gestão de Websites e Aplicações	Autenticação e Acessos	Responsabilidade e Conjunta	Execução do contrato	Até 6 meses a contar da última visita ao website ou aplicação

¹Petrogal, S.A.: Avenida da Índia, 8, 1349-065 Lisboa; Petrogal Moçambique, Lda.: Rua dos Desportistas, n.º 83, 2º andar, Maputo; Galp Energia España, S.A.U.: C / Francisca Delgado, 11 - 28100 Alcobendas

Cliente	Gestão de clientes ou de contratos	Identificação pessoal Contacto Cartões de Fidelização	GALP	Execução do contrato	Até 1 ano após o termo do contrato
				Interesse legítimo se o titular não for parte no contrato	
	Marketing direto	Identificação pessoal Contacto	GALP	Consentimento	Até 1 ano após o último contacto
				Interesse legítimo	Até à cessação do contrato
	Análise e definição generalizada de perfis	Identificação pessoal Cartões de Fidelização	GALP	Interesse legítimo	Até à cessação do contrato

(1) O prazo de conservação pode ser superior ao indicado em cumprimento de obrigações legais (e pelo período definido nas mesmas) ou, em caso de procedimento contraordenacional ou judicial, até 6 meses após o trânsito em julgado da respetiva sentença. Podem ainda ser conservados para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.

Caso o fundamento de licitude para o tratamento dos seus dados pessoais seja o consentimento, o titular dos dados pode retirar o mesmo, de forma livre e gratuita, a qualquer altura, sem que daí advenha qualquer consequência negativa para si. No entanto, a retirada do consentimento não compromete a licitude dos tratamentos efetuados com base nos consentimentos anteriormente dados. Caso seja retirado o consentimento, a GALP cessará imediatamente o tratamento dos seus dados pessoais para a finalidade em causa e procederá ao apagamento dos mesmos, salvo se houver necessidade de tratar os dados ou de os conservar para o cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais ou se existir outro fundamento de licitude para o tratamento destes dados.

Quando os dados sejam tratados com fundamento em interesses legítimos, ou quando sejam tratados para fins de comercialização direta, o titular dos dados tem o direito de se opor ao tratamento, o que poderá fazer nos termos do ponto V desta Política. Neste caso,

a GALP cessará o tratamento dos dados pessoais, exceto se existirem razões imperiosas e legítimas para a continuidade desse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou se os dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial. Se os dados estiverem a ser tratados para efeitos de marketing direto e o titular exercer o seu direito de oposição, a cessação do tratamento será imediata.

Se o fundamento de licitude para o tratamento dos dados for a sua necessidade para diligências pré-contratuais ou para execução do contrato, caso não nos faculte os dados pessoais solicitados tal poderá impedir a conclusão do respetivo contrato e/ou, quando aplicável, inviabilizar que lhe sejam fornecidos os produtos ou serviços solicitados.

III. Como é que os meus dados pessoais vão ser tratados?

Os seus dados pessoais serão tratados pela GALP, no contexto das finalidades antes indicadas, de acordo com esta Política e as normas internas do Grupo Galp e com recurso a medidas técnicas e organizativas adequadas para promover a respetiva segurança e confidencialidade, nomeadamente em relação ao tratamento não autorizado ou ilícito dos seus dados pessoais e à respetiva perda, destruição ou danificação accidental.

Os tratamentos dos seus dados ao abrigo da presente Política não implicarão a tomada de decisões individuais automatizadas.

IV. Quem são os destinatários dos meus dados pessoais?

Os seus dados pessoais podem ser facultados a empresas encarregues da prestação de serviços à GALP ("Subcontratantes"), que estão vinculadas a esta por contrato escrito ou outro instrumento juridicamente vinculativo, e que apenas podem tratar os seus dados pessoais para as finalidades aí estabelecidas, de acordo com as instruções da GALP e não estão autorizadas a tratá-los, direta ou indiretamente, para qualquer outra finalidade, em proveito próprio ou de terceiro.

Os seus dados pessoais podem também ser partilhados com entidades com quem a GALP estabeleça parcerias, ao abrigo de acordos de responsabilidade conjunta, no caso de serem corresponsáveis pelo tratamento dos dados pessoais.

Existindo um interesse legítimo na partilha de dados intragrupo, os seus dados pessoais podem ser transmitidos, para fins administrativos internos, entre as empresas do Grupo Galp.

Em cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais, os seus dados pessoais poderão ainda ser transmitidos a terceiros, para prossecução de finalidades próprias, atuando estas entidades como responsáveis autónomos pelo tratamento dos dados pessoais, designadamente a operadores de rede, bancos e seguradoras, autoridades judiciais, administrativas, de supervisão ou regulatórias e ainda entidades que realizem, licitamente, ações de compilação de dados, ações de prevenção e combate à fraude, estudos de mercado ou estatísticos.

Poderá receber informação adicional sobre as entidades em específico a quem poderão ser facultados os seus dados, podendo solicitar esta informação através dos meios de contacto referidos no ponto desta Política sobre o exercício dos seus direitos.

A GALP pode ainda transferir os seus dados pessoais para fora do Espaço Económico Europeu, caso tal se justifique no âmbito da execução de um contrato ou em cumprimento de uma obrigação legal, assegurando que estas transferências cumprem a legislação aplicável, nomeadamente o Capítulo V do RGPD. Tal poderá ser garantido, por exemplo, assegurando que os dados pessoais apenas são transferidos ao abrigo de uma decisão de adequação da Comissão Europeia ou das cláusulas contratuais-tipo aprovadas pela Comissão Europeia (estas últimas complementadas, se necessário, por medidas suplementares para garantir um nível de proteção adequado), ou ainda por via de regras vinculativas aplicáveis às empresas ou de qualquer outro meio legalmente previsto que seja adequado à transferência.

V. Que direitos tenho sobre os meus dados pessoais?

Enquanto titular dos dados, sempre que aplicável, poderá exercer os seguintes direitos: (i) direito de acesso, (ii) direito de retificação, (iii) direito ao apagamento, (iv) direito à limitação do tratamento, (v) direito de portabilidade dos dados ou (vi) direito de oposição (ou direito a retirar o consentimento).

Tem também o direito a (i) apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente - em Portugal, a Comissão Nacional de Proteção de Dados ("CNPD") - e (ii) obter reparação e/ou indemnização, por via judicial, se considerar que o tratamento realizado

viola os seus direitos e/ou a legislação em matéria de proteção de dados pessoais e de privacidade aplicáveis.

Clique [aqui](#) ou vá a direitos.galp.com para exercer os seus direitos consagrados na legislação aplicável em matéria de dados pessoais e de privacidade. Em alternativa pode exercê-los através do e-mail data.privacy@galp.com.

VI. Informação sobre cookies

Aconselhamos a leitura da política de cookies, disponibilizada nesta aplicação e que constitui parte integrante da presente Política, para saber mais informações a respeito do tratamento dos seus dados pessoais realizado através desta funcionalidade.

VII. Alterações à Política de Proteção de Dados Pessoais e de Privacidade

A GALP pode, a qualquer momento, alterar a presente Política em conformidade com novos requisitos legais ou regulamentares ou proceder à respetiva atualização, caso tal se justifique. Aconselhamos a consulta regular desta Política para verificar as versões mais atualizadas, sendo que a GALP procurará dar proactivamente conhecimento de quaisquer alterações relevantes, nomeadamente através da colocação de um aviso no website e/ou dos meios de contacto que nos tenha disponibilizado, quando aplicável.

Para quaisquer outras questões relacionadas com a proteção e privacidade dos dados pessoais pode contactar o Encarregado da Proteção de Dados do Grupo Galp através do e-mail dpo@galp.com.

Data da última atualização: **21 de agosto de 2025**